

# TORNAR-SE MÃE NO CONTEXTO ACADÊMICO: DILEMAS DA CONCILIAÇÃO MATERNIDADE - VIDA UNIVERSITÁRIA

Ana Maria de Oliveira Urpia \*

Sonia Maria Rocha Sampaio \*\*

**Resumo:** Este artigo visa apresentar os desafios da conciliação entre maternidade e vida acadêmica, apontando a necessidade de políticas de assistência para dar suporte às jovens mulheres que se tornam mães no percurso da formação superior. Com esse propósito, dispomos de alguns dos resultados obtidos pela pesquisa "Tornar-se Mãe no Contexto Acadêmico: narrativas de um self participante", apresentada como dissertação de Mestrado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFBA, que descreveu a experiência de quatro mães-universitárias, na faixa etária dos 19 aos 25 anos de idade. A pesquisa que ora apresentamos fundamentou-se na Psicologia Cultural do Desenvolvimento e na Abordagem do Self Dialógico, tendo como lentes de análise as categorias gênero e geração, e trilhou, na pesquisa de campo e na textualização dos dados, os caminhos sugeridos pela abordagem (auto)biográfica em Etnografia, que pressupõe uma relação dialógica entre o self do pesquisador, o campo e as biografias. Discutem-se ainda novas compreensões acerca do conceito de assistência na educação superior, articuladas a questões de gênero, e na interface com as políticas de ações afirmativas.

**Palavras-Chave:** maternidade; universidade; políticas de assistência; educação superior

**Abstract:** This paper intends to present the challenge of balancing motherhood and academic life, indicating the need of assistance policies to support young women who become mothers in the course of a university degree. In this purpose, some results of the research "Becoming mother in the academic context: narratives of a participant self", a Master's thesis submitted to the Postgraduate Program in Psychology, UFBA, which described the experience of four college-student mothers, aged 19-25, will be presented. The present work is based on the Cultural Developmental Psychology, as well as the Dialogic Self Approach, and it takes the categories gender and generation as lenses of analysis. It has followed the steps suggested by the Autobiographic approach to Ethnography, during the field research as well as along the textualization of the data. The Autobiographic approach in Ethnography presupposes a dialogic relation between the researcher's self, the field and the biographies. This work also discusses new concepts of assistance in higher education, connected with gender issues, as well as affirmative actions policies.

**Keywords:** motherhood; university; assistance policies; higher education.

---

\* Mestre em Psicologia pela UFBA e Docente do Ensino Básico Técnico e Tecnológico da Universidade Federal da Bahia.

\*\* Psicóloga, Pós-doutora em Educação pela Universidade de Paris VIII, Doutora em Educação pela UFBA, Professora Associada da Universidade Federal da Bahia.

## Introdução

Pesquisas recentes indicam que o hiato de gênero no âmbito da educação superior foi revertido<sup>1</sup>. Contudo, uma análise cuidadosa da condição das mulheres no contexto acadêmico nos faz questionar até que ponto pode-se falar de transformações nas relações de gênero no contexto das universidades. Yannoulas observa que não obstante mulheres e homens frequentem o mesmo espaço universitário, realizam trajetórias educativas diferenciadas, com saídas profissionais diversificadas e percursos ocupacionais heterogêneos<sup>2</sup>.

Sem dúvida, é inegável que as mulheres são hoje maioria entre os estudantes universitários, no entanto, como destaca Leta, elas ainda são uma minoria em muitas áreas, estão concentradas em outras, e avançam lentamente na carreira científica<sup>3</sup>. Delimitar os motivos que levam a essa diferença de gênero é uma questão que vem desencadeando alguns esforços na pesquisa científica internacional, embora no Brasil, ainda sejam poucos os trabalhos em torno dessa temática. De acordo com Aquino, essas diferenças de gênero podem estar associadas a dois conjuntos de fatores: um primeiro envolve a socialização de gênero, que conforma as escolhas profissionais e delimita horizontes de possibilidades diferentes para homens e mulheres, atendendo a diferentes expectativas sociais e familiares; e um segundo, que resulta da difícil conciliação entre carreira e família<sup>4</sup>.

A questão é que a entrada das mulheres nas universidades e no mercado de trabalho necessariamente não as tem desobrigado do cuidado da casa e dos filhos, pois ainda se mantém, entre os casais, a tradicional divisão sexual do trabalho, ainda que sejam observadas algumas mudanças, especialmente entre os mais jovens. Por estes motivos, muitas delas preferem optar por jornadas parciais, flexibilização de horários e freqüentes interrupções na vida profissional e/ou acadêmica. O problema é que a interrupção temporária da carreira para o cuidado de filhos pequenos significa uma desaceleração das atividades, e o retorno, em geral, acontece com dificuldades<sup>5</sup>, seja quando a mulher se encontra na condição de profissional ou na condição de estudante universitária.

Para Aquino<sup>6</sup>, uma ampla incorporação das mulheres às universidades e à ciência, sem que haja mudanças culturais profundas no âmbito acadêmico como em toda a vida social, acaba por colocá-las em situação de grande desvantagem, como revela a investigação realizada por Goulden e Manson<sup>7</sup>, que analisava os efeitos de ter bebês ao longo da carreira acadêmica para homens e mulheres da Universidade da Califórnia, Berkeley. Nesta pesquisa, 59% das pesquisadoras casadas e com filhos afirmaram que já haviam pensado em deixar a academia por conta das dificuldades em conciliar maternidade e vida acadêmica. Uma forma de resolver o conflito entre carreira que consome todo o tempo e o cuidado com as crianças é “optar” por não ser mãe, pois o fato é que “casados e com filho” é a fórmula para o sucesso de homens na academia, mas, para as mulheres, o sucesso está associado a um *baby gap* – já que o *status* da maternidade cria sérios problemas para a construção da estabilidade feminina nesse ambiente. Assim, os autores ressaltam: abrir as portas da educação superior para as mulheres não é o bastante para assegurar igualdade de oportunidades para a carreira daquelas mulheres que fazem a escolha de tornarem-se mães.

No Brasil, a discussão acerca dessa realidade é ainda muito escassa, mas já se podem destacar alguns importantes trabalhos como o da pesquisadora Fanny Tabak<sup>8</sup>; Velho e Léon<sup>9</sup> e Estela Aquino<sup>10</sup>, que discutem os desafios históricos e contemporâneos relacionados à inserção da mulher brasileira no contexto da vida acadêmica, assim como analisam os avanços e obstáculos no que se refere à sua participação no campo da pesquisa. Em função dessa escassez na literatura científica nacional, especialmente no que tange à realidade das jovens que ingressam no contexto acadêmico através da formação de nível superior, é que foi realizada a pesquisa “Tornar-se Mãe no Contexto Acadêmico: *narrativas de um self participante*”, que pretendeu focar a experiência de jovens mulheres, na faixa etária dos 19 aos 25 anos de idade, que vivenciaram, simultaneamente, o tornar-se mãe e o ser/tornar-se universitária. Vale destacar que, segundo dados do Censo 2000, realizado pelo IBGE, 8,81% das mulheres cursando o ensino superior, com idade entre 19 e 29 anos têm filhos na faixa etária de 0 a 4 anos<sup>11</sup>. Significa dizer, portanto, que quase 10% das mulheres universitárias brasileiras nesta

faixa são mães de crianças pequenas, e podem vir a demandar políticas públicas que lhes permitam permanecer no ambiente acadêmico e concluir seus estudos com melhores chances de entrar no mundo do trabalho.

Assim, no momento em que as universidades brasileiras estão convocadas a experimentar uma profunda reforma na direção de sua efetiva democratização devem ser retomados alguns conceitos estruturantes e centrais nesse processo, como aquele da assistência estudantil. Historicamente, a categoria “assistência” tem sua lógica associada ao atendimento de situações específicas, voltadas a critérios de necessidade. Atualmente, no Brasil, a assistência se encontra no rol dos direitos sociais, como política pública que compõe, junto com a saúde e a previdência, o tripé do sistema de seguridade. Lugar fundante na estruturação da sociedade nacional, a assistência social tem sido confundida com assistencialismo<sup>12</sup>. Este, entretanto, deve ser compreendido como resultado de uma relação de poder que subalterniza o receptor das ações da própria política de assistência, reproduzindo o que Yasbeck<sup>13</sup> vai nomear de a *cidadania invertida*, que reforça as figuras do pobre beneficiário, do desamparado, do necessitado.

Embora guardem similaridades, é necessário distinguir a política de assistência social e a assistência estudantil. A primeira, garantidora de mínimos sociais, tem caráter condicional e está voltada para os que se encontrem em situação de incapacidade. A segunda, ainda que prioritariamente voltada para aqueles em situação de vulnerabilidade econômica, também se caracteriza como conjunto de ações que visa aumentar as chances de permanência e a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes. Ou seja, enquanto o foco da primeira ação recai e ressalta aspectos relacionados com a impotência, a segunda pretende salientar variáveis pautadas na potência: suas ações devem contribuir para o estabelecimento de uma situação que potencialize e garanta o sucesso do estudante.

Mas um elemento nos interessa particularmente neste debate: a interface existente entre ações de assistência estudantil e políticas afirmativas. Não é nosso objetivo neste artigo discorrer sobre as polêmicas que envolvem a recente discussão sobre a efetivação de políticas de ações afirmativas. Interessa-nos, entretanto, o caráter reparador que esta ação objetiva, no sentido de ampliar a participação de setores em desvantagem social em programas e benefícios. No caso da universidade em questão, o programa de ações afirmativas está destinado à ampliação de acesso e à realização de ações que garantam a permanência de afro e índios descendentes, oriundos da escola pública. Curioso notar que, dentre as diversas ações listadas no documento normativo das políticas de inclusão social da universidade, aquelas focadas em gênero, como é o caso da creche, continuam no patamar das ações de assistência estudantil. Elas aparecem como ação facilitadora da permanência dos estudantes, mas não é referenciada como estratégia que inclui e reconhece as mulheres como grupo social em desvantagem de permanência ou desempenho, quando na condição de mães, aspecto esse fundamental para inclusão em pautas reivindicatórias voltadas para o conjunto da população universitária feminina.

### **A Escrita (Auto)biográfica em Etnografia**

É importante dizer que esta investigação emergiu de um processo longo de inserção na Creche da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde a primeira autora tem testemunhado, na condição de educadora, a experiência de jovens universitárias que vivenciam, simultaneamente, maternidade e formação superior. Foi a partir desta condição, e da possibilidade de fazer uma pesquisa de cunho etnográfico, como membro deste contexto, que foram surgindo questionamentos sobre o processo de condução da investigação. Estes questionamentos, levados para discussão no grupo de pesquisa Observatório da Vida Estudantil UFBA/UFRB, que desenvolve investigações qualitativas sobre diferentes aspectos da vida de estudantes universitários, resultou numa escrita (auto)biográfica em etnografia.

Não obstante neste relato seja dado maior destaque às biografias de três das quatro estudantes entrevistadas, e não exatamente às experiências da pesquisadora como observadora-participante do

contexto da pesquisa, vale ressaltar que esta escolha foi feita por considerarmos, tal como observa Coffey, que colocar a prática autobiográfica ao lado da representação etnográfica traz um maior engajamento do ator social individual – o(a) pesquisador(a)<sup>14</sup>.

Por defender essa proximidade, apenas metodologias qualitativas, que não dispensem o olhar de um pesquisador interessado e engajado, o que significa dizer implicado com sua pesquisa, podem se ajustar a essa perspectiva. O trabalho do(a) pesquisador(a), nesse caso, é de natureza não apenas descritiva, como também interpretativa, o que requer uma tentativa constante de maximizar a possibilidade de apresentar o contexto e as biografias que o compõem, da forma mais próxima da ótica e da subjetividade das pessoas em situação. Para ter acesso a essas perspectivas ou definições que os atores fazem da realidade, ele(a) deve trabalhar no ambiente onde se desenrolam as ações, nas situações “naturais”, forma privilegiada de religar essas perspectivas ao ambiente no qual elas emergem.

Como assinala Berger, isso talvez corresponda ao movimento observado nos últimos anos, em torno de discussões sobre como a etnografia pode articular a produção de pesquisadores e participantes do campo de pesquisa<sup>15</sup>. Este movimento tem conduzido etnógrafos a escrever mais e mais sobre como construímos sentido e refletimos sobre nossas experiências, interações e posições no campo<sup>16</sup>. Isto conduz a uma visão do autor etnográfico como um criador ativo ou produtor de conhecimento, e como parte do produto do conhecimento e da vida social produzida por outros. “O ponto central aqui é que os textos são autorizados e personalizados por um *self* participante”<sup>17</sup>.

Partindo dessa perspectiva, o *self*-pesquisador deveria ser apresentado e emergir no texto, autorizando-se, e, por assim dizer, deixando ver as marcas de sua existência particular na escritura que apresenta ao leitor. Significa dizer, portanto, que aquilo que acontece dentro do observador no trabalho de campo e na textualização dos dados deve ser conhecido, se a natureza do que é observado é para ser compreendida<sup>18</sup>. De qualquer modo, o que podemos afirmar, como sugere Coffey, é que “todos os escritos etnográficos são, em alguma extensão, autobiográficos”<sup>19</sup>, e acabam por revelar o diálogo entre o *self* do pesquisador, as biografias dos(as) participantes da pesquisa e o campo.

## Marco Teórico e Categorias de Análise

É importante ainda sublinhar, antes de iniciarmos a seção de análise e discussão, que o trabalho sobre os dados foi realizado com base na interlocução entre a Psicologia Cultural do Desenvolvimento e a Abordagem do *Self* Dialógico, que privilegiam o diálogo pessoa-cultura e a construção de significados nos processos de desenvolvimento. Para estas abordagens, a cultura é exemplificada através dos diferentes processos pelos quais as pessoas se relacionam com seus mundos. Pessoa e ambiente são considerados, nesse contexto, enquanto inclusivamente separados, de modo que pessoa e mundo social constituem-se mutuamente<sup>20</sup>, o que significa dizer que a cultura é inclusiva do *self*, e este, inclusivo da cultura.

Assim, desde que nos propomos, neste artigo, a trabalhar com duas categorias – *gênero e geração* –, mas enfatizando a primeira como principal lente de análise, é importante destacar que o *self* dialógico deve ser entendido como um *self* social, mas não no sentido de um indivíduo independente que entra em interação com os outros sociais, do lado de fora. Nesse *self* social, outras vozes – coletivas – ocupam posições no “espaço interno” do *self* multivocalizado. As vozes coletivas que dialogam nesse *self* dialógico são governadas por oposições polares, próprias do sistema de “dicotomias sociais”, expressos, por exemplo, nas relações entre homens e mulheres ou adultos e crianças. Porque estas oposições são carregadas com diferenças de poder, as vozes de alguns grupos têm mais oportunidade de serem ouvidas que outras. Como resultado, pessoas não constroem significados acerca das suas experiências no espaço livre e com oportunidades iguais para expressar suas visões<sup>21</sup>.

O relacionamento com uma voz coletiva pode circunscrever ou mesmo suprimir o sistema de significados individuais, embora o indivíduo possa lutar para ser ouvido. Essa voz coletiva pode ser claramente observada quando o assunto é maternidade. As jovens mulheres, especialmente as mães de primeiro filho, vivenciam cotidianamente essa luta entre as vozes coletivas que idealizam a maternidade e suas experiências concretas no processo de tornar-se mãe. Nessas circunstâncias, seus *selves* realizam tanto movimentos de confirmação como de contestação em relação ao discurso coletivo. É nesse contexto de relações de poder que podemos falar, então, da oposição masculino/feminino como uma construção sócio-cultural, e dialogar com a perspectiva de gênero, o que tentaremos fazer ao longo da seção que analisa e discute os dados da pesquisa<sup>22</sup>.

### A gravidez não prevista no percurso da formação universitária

Uma gravidez é sempre uma “interrogação” na vida de toda e qualquer mulher, mesmo para aquelas que possuem uma boa condição financeira. Diante de uma gravidez, sempre nos perguntamos: como será o bebê? Tomara que venha com saúde! Será que a gravidez vai ser tranquila? Como vou conciliar minhas atividades com as necessidades do bebê? Pensamentos como estes fazem parte dos processos de transição para a maternidade. No caso da jovem que é universitária e que não planejou tornar-se mãe naquele período de sua vida, as interrogações e apreensões parecem muitas; afinal, toda a sua rotina irá mudar a partir daquele momento. Elas só não sabem qual será a dimensão dessa mudança e que repercussões terá em seus projetos de formação, um dos motivos dos conflitos intrapsicológicos que vivenciam.

“Foi horrível. Horrível. **Pra mim foi horrível porque eu não queria ser mãe.** Nunca quis ser mãe. E eu não estava com o pai dela. [...] Eu tinha uma vida ativa. Eu tinha dois estágios, eu trabalhava de domingo a domingo, eu saía muito com meus amigos, eu pegava muitas disciplinas. E aí, depois de Nina, depois que eu descobri que estava grávida, eu parei tudo isso. Larguei o estágio, não consegui fazer nada durante a gravidez. Eu fiquei feliz por estar assim. **No físico, eu estava feliz com meu físico. Eu fiquei, me achava linda. Mas meu psicológico estava muito abalado.** Eu chorava muito. (Sara, grifo nosso).

As famílias também são tomadas de surpresa e buscam, apesar do sofrimento diante da situação, encontrar “saídas”, apoiando a jovem que também vive um momento difícil.

E para minha família fui contar quando eu estava com quatro meses. **Eles, de início, perguntaram se eu não queria abortar [...]** E eu não, não tenho coragem de fazer isso. [...] **Eles falaram então que iam me apoiar em qualquer decisão que eu tomasse, eles iriam me apoiar.** (Sara, grifo nosso).

Nesse trecho, fica claro que Sara teve muita dificuldade para encarar a família e contar o ocorrido, esperando quatro meses para fazê-lo. Sua família, por sua vez, quando a par da notícia, sugere como possibilidade o aborto, demonstrando desconforto e receio quanto à situação inusitada. A reação da família de Sara frente à gravidez de sua filha, que não difere muito das demais, levanta uma importante discussão acerca da forte demarcação de gênero de nossa cultura, que costuma reservar atitudes contrastantes para mulheres e homens, especialmente aquelas relacionadas ao exercício da sexualidade na juventude. Ao contrário do que acontece com os rapazes, que, de modo geral, são estimulados a buscar relações sexuais com uma pessoa do sexo oposto, dando provas de

sua masculinidade, as mulheres são educadas para administrar os avanços masculinos<sup>23</sup>, conservando a “boa reputação” diante da rede de sociabilidade de suas famílias.

Por este motivo, diante de uma gravidez na juventude, algumas vezes, é a própria família que sugere o aborto como possibilidade. Essa sugestão pode estar associada a dois fatores: o primeiro refere-se ao próprio constrangimento da família diante de uma gravidez fora do casamento; o segundo relaciona-se às expectativas sociais que preconizam para as jovens da atualidade uma escolarização prolongada e um controle contraceptivo adequado e seguro<sup>24</sup>, como fica explicitado na fala da mãe de Marta, a outra jovem que apresentaremos a seguir: “Por que você não se preveniu?”.

Todavia, quando a jovem decide por dar continuidade à gravidez, a família toma uma postura que em muito favorece a retomada de sua vida estudantil: oferecem apoio integral diante da nova condição. Desse modo, apesar de a família apresentar uma reação inicial de frustração e recusa à nova situação, podendo, inclusive, sugerir o aborto, é também ela que funciona como um dos principais, senão o principal suporte emocional, prático e financeiro, quando uma jovem engravida ao longo de seu percurso formativo na universidade, o que fica claro nas narrativas de todas as entrevistadas. Ou seja, se as famílias, inicialmente, podem ser responsáveis, de algum modo, pela intensificação da crise que se instala na vida dessas jovens, também são elas que ajudam sobremaneira na retomada de seus estudos e do curso “normal” de suas vidas.

É importante destacar que Sara, assim como outras jovens que contam com a creche como suporte social durante o percurso da formação acadêmica, tinha origem interiorana onde sua família ainda residia. A entrada de sua filha na universidade foi cercada de muitas expectativas associadas à formação acadêmica. Sara cursava Biologia quando engravidou de Nina, mas este curso era apenas um degrau para uma aspiração maior: o curso de Medicina, para o qual ela desejava prestar vestibular assim que concluísse a primeira graduação: **“Foi bem difícil assim, para mim. E também a faculdade, né? Biologia, eu curso biologia, mas o que eu quero mesmo é Medicina.** Então eu sempre quis terminar logo biologia para poder entrar em medicina” (grifo nosso). Assim, como sugere sua narrativa, a descoberta da gravidez foi um verdadeiro “balde de água fria” em seus sonhos e de sua família, que nela investia suas esperanças de ver uma filha formada em Biologia e Medicina. Afinal, como destaca Romanelli, “a escolha do curso é resultado de um processo longo de avaliação das aspirações do candidato, das profissões e do mercado de trabalho, que é lentamente elaborado na relação com a família”<sup>25</sup>.

Segundo o autor supracitado, entre as camadas médias da sociedade brasileira há, por parte das famílias, um grande empenho para que os filhos tenham acesso ao ensino superior. Como grupo, a unidade doméstica, mais particularmente o marido e a esposa, elaboram aspirações que são organizadas em torno de um projeto familiar. Esse projeto é direcionado para alcançar metas individuais/coletivas, cujo objetivo é a promoção da mobilidade social do grupo doméstico, e de seus componentes. Quando o projeto familiar compreende a formação acadêmica de um de seus membros e nele os pais colocam muito de sua energia – o que envolve sacrifícios – e esse componente altera esse projeto com opções que desagradam o grupo familiar, surgem os conflitos. Foi o que ocorreu com Sara: “Meu pai ficou o tempo todo da minha gravidez sem falar comigo porque ficou muito decepcionado. Meus dois irmãos, o mais velho, ele não olhava no meu olho, baixava a cabeça quando me via. Foi bem difícil assim pra mim”.

Assim, as jovens se sentem, nesses primeiros tempos associados à notícia da gravidez, decepcionando suas famílias, que acalentavam outras expectativas sobre suas filhas. No conjunto dessas expectativas, destaca-se a formação acadêmica, que poderia lhes garantir um futuro promissor, além de funcionar como importante motor da mobilidade social da jovem e de sua família. Ao contrário do que acontecia com as gerações precedentes, o esperado hoje para as jovens mulheres é que, no mínimo, elas concluam os estudos e conquistem uma profissão. Embora a maternidade ainda esteja vinculada às expectativas sociais em torno da “figura feminina”, a conclusão dos estudos parece constituir-se, hoje, em um requisito mínimo para que ela ocorra. A gravidez ou a experiência da parentalidade na juventude passa a ser vista, então, como um acontecimento que perturba o

desenvolvimento ideal da jovem, e, em função das prescrições de gênero, pode, inclusive, tomar feições de “ilegitimidade”, haja vista que a maior proporção de nascimentos e gestações na juventude ocorre fora da união<sup>26</sup>.

Nesse contexto, as estudantes, por sua vez, consideram-se novas para viver a experiência da maternidade, e referem-se ao fato de não terem planejado a vinda do(a) filho(a) como um elemento complicador, com implicações diversas a depender de inúmeras variáveis situacionais. Por todos estes motivos, a notícia da gravidez e todo o seu transcurso são vividos de forma ambivalente pelas entrevistadas, que ora aceitam a gravidez, ora questionam a sua validade mediante os muitos desafios que já se apresentam antes mesmo do nascimento de seus bebês. A situação de Liana, por exemplo, complicou-se desde os primeiros meses após descobrir que seria mãe. Sua gravidez foi de risco, e, aos três meses de gestação, já não podia mais sair da cama: “Eu não podia levantar pra fazer ‘xixi’, minha placenta estava descolada, eu tive descolamento de placenta, então eu tomava banho na cama, minha mãe me dava banho na cama”. Não obstante o companheiro de Liana tenha feito uma verdadeira “peregrinação”, encaminhando relatórios médicos ao Serviço Médico da Universidade, seu processo não foi deferido, e ela precisou trancar um ano de faculdade. Nesse período, Liana passou por momentos difíceis: “Então, isso me deixou bem triste [...] A primeira vez que eu tranquei a faculdade eu fiquei em depressão”. Embora não devamos pensar que a gravidez torna a mulher incapaz de exercer suas atividades cotidianas, o que não é verdade, haja vista que muitas mulheres trabalham e estudam até pouco tempo antes do nascimento de seus bebês, podemos afirmar que a gravidez é o primeiro passo de um processo de transição, que pode tomar diferentes configurações na vida de cada jovem mulher.

### **Sobre os desafios da maternidade e a conciliação com a vida acadêmica: a materialidade da creche como política de assistência focada em gênero**

Ao questionarmos Marta, uma das mais jovens entrevistadas, acerca dos desafios da experiência de tornar-se mãe no contexto acadêmico, ela nos responde com a complexidade que a questão exige: “Eu acho que foi... uma das coisas, porque são tantas coisas, mas a que eu lembrei agora assim foi conseguir abrir mão de algumas coisas em função dele [o filho], assim... fazer uma escolha mesmo”. Uma das maiores dificuldades, segundo Marta, esteve na necessidade de fazer escolhas como esta que apresento abaixo através de sua narrativa. Sua escolha envolvia uma vida, que agora dependia dela e sobre a qual ela era uma das principais responsáveis, senão a principal, como sugere o seu relato e as conversas informais ao longo da observação participante. Sendo mulher, dela se exigiam renúncias constantes, e uma entrega que algumas vezes a deixava em situações difíceis, no princípio, muito associadas à amamentação.

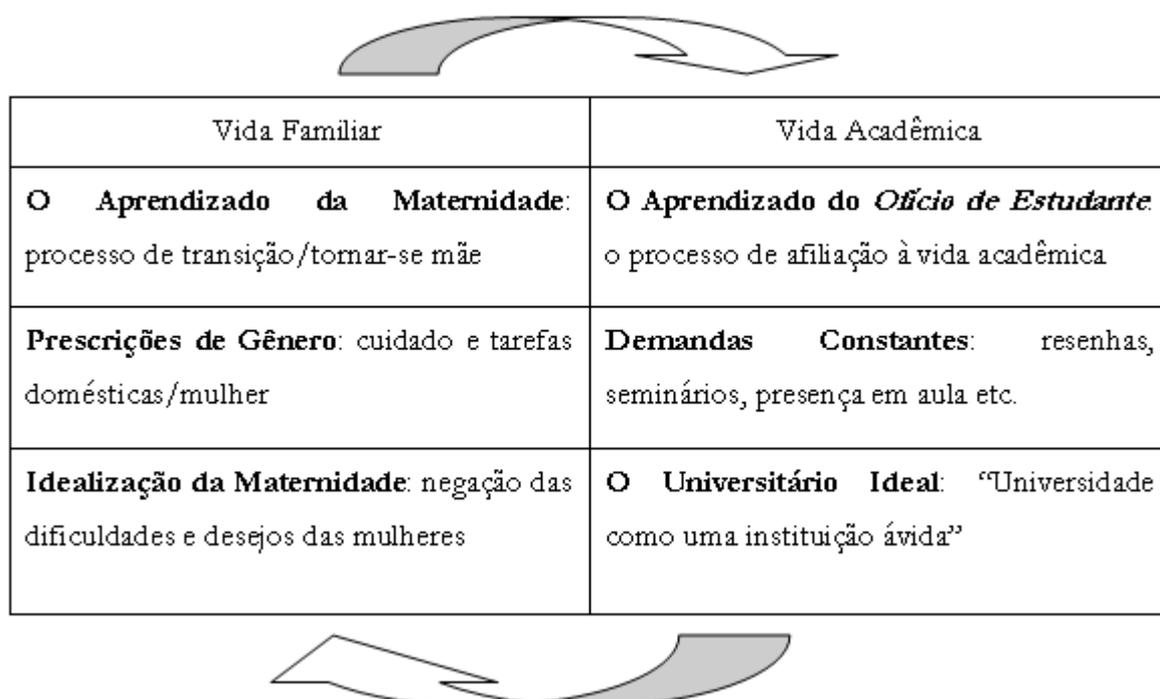
**Eu tinha que fazer uma escolha**, e eu poderia até ter uma consequência mais significativa, e aí eu falei: “não, ou eu continuo estudando e acelero minha monografia e meu canudo, ou eu vou ficar com meu filho até quando der”, e eu acho que foi assim, eu fiquei meio balançada, sabe? **Porque eu queria continuar, eu tinha acabado de entrar, estava naquela empolgação** assim, e veio Danilo, e aí eu: “não, vou parar”, estava amamentando ainda, e com quatro meses, ele estava quase que exclusivamente mamando. [...] **Eu tive que escolher**. (Marta, grifo nosso).

Difícil, sem dúvida, decidir entre o sonho de realização pessoal/profissional e o bem-estar do filho. A questão é que Marta já tinha interrompido os estudos para ter a criança e, nessa ocasião, acabou perdendo disciplinas, pois alguns professores não aceitaram que ela fizesse as últimas avaliações em casa. Além disso, a jovem tinha acabado de entrar na universidade quando descobriu que estava grávida. Por este motivo, ela argumenta: “eu queria continuar [...] estava naquela empolgação [...] e veio Danilo”. Não que ela considerasse o filho como fardo, o problema é que se sentia conflitada

diante do desafio de escolher entre duas coisas infinitamente carregadas de afeto: a faculdade, primeiro passo para a conquista de sua independência e realização profissional, e o filho, a quem já estava apegada, vinculada afetivamente. Tudo isso, não podemos esquecer, dentro de um contexto cultural em que a maternidade é idealizada e onde a mulher, especialmente nos primeiros anos de vida da criança, é considerada a principal responsável por seu cuidado.

Sua itinerância estudantil vai sendo construída, assim, na dinâmica constante da escolha, ou da suposta escolha. Quando consegue retornar ao ambiente acadêmico, novamente se vê confrontada com diferentes desafios, centralizados na difícil tarefa de conciliar vida universitária e vida familiar. Na figura que segue, tentamos demonstrar esquematicamente o que significou para Marta descobrir-se grávida exatamente ao entrar na universidade, deparando-se com a tarefa de viver, simultaneamente, dois eventos de transição: o tornar-se mãe e universitária.

### Relação Vida Familiar – Vida Acadêmica



A resposta de Marta à pergunta norteadora da entrevista – Como você descreve a experiência de ser mãe e universitária ao mesmo tempo? – nos revela o verdadeiro malabarismo que uma jovem universitária precisa fazer para conciliar dois universos tão distintos e exigentes como a maternidade e a academia: “Eu acho difícil, difícil porque a demanda da faculdade é muito puxada, exige muita dedicação e às vezes eu não consigo conciliar. [...] Eu acho que a proximidade com ele fica comprometida, e na faculdade também eu não consigo fazer nada 100%”. Nessa condição, como destacamos na figura acima, a jovem mulher precisa dialogar, no domínio da vida familiar, com prescrições de gênero, que associam mulher a cuidados parentais e tarefas domésticas, além de confrontar-se, cotidianamente, com os desafios inerentes ao processo de *afiliação* intelectual e institucional<sup>27</sup>, pelo qual estudantes de primeiro ano, como ela, passam.

É bom lembrar, como sugere Coulon, que a entrada dos estudantes na universidade envolve uma *passagem*, ou seja, um processo de transição para um novo *status*: universitário(a)<sup>28</sup>. Significa dizer que esta posição não é alcançada de uma só vez; ao contrário, deve ser conquistada mediante uma série de aprendizados, assim como do enfrentamento de situações institucionais e pessoais que se configuram diferentes para cada estudante, embora guardem algumas semelhanças. Essa passagem para a condição de universitário é descrita pelo autor como acontecendo em torno de três tempos: o

*tempo do estranhamento, o tempo da aprendizagem e, por último, o tempo da afiliação.* A passagem para o *status* de afiliado, portanto, para além da entrada na universidade, ocorre a partir do aprendizado do *ofício de estudante*, o que significa dizer, aprender os inúmeros códigos e modos de funcionamento da instituição-universidade, de modo a progressivamente reconhecer-se e ser reconhecido por seus pares e professores como um membro desse contexto. Esse processo, que se diferencia, obviamente, a depender de inúmeras variáveis, como o gênero, por exemplo, pode revelar-se extremamente complexo, caso associado a um outro, o de *transição para a maternidade*, o tornar-se mãe, que, nesse caso, se fez no percurso da formação superior.

Sendo assim, no domínio da vida acadêmica, Marta, em sua *passagem* para o *status* de universitária, “mergulha nos códigos que definem esta organização”<sup>29</sup>, e depara-se com as inúmeras solicitações desse novo contexto: resenhas, leituras, artigos, seminários, iniciação científica, além da presença em sala de aula. Todas essas tarefas, associadas a uma lógica universitária de “exclusividade” e “lealdade não-partilhada”, como assinalam Wolf-Wendel e Ward<sup>30</sup>, não são deixadas atrás do portão da faculdade quando a jovem volta para casa. Ao contrário, as tarefas relacionadas à posição de estudante universitária participam do cotidiano doméstico de Marta e se cruzam com as demandas de sua criança, dialogando não sem conflitos com a posição de mãe. Decorrem, então, desse difícil processo, os muitos desafios que ela enfrenta quando tenta conciliar universidade e maternidade. “Porque a casa, Danilo, trabalho, faculdade, **tem hora que dá vontade de explodir.** [...] É muita coisa e eu me sinto sozinha, sabe?” (grifo nosso).

O que observamos é que não obstante as jovens dos dias de hoje tenham conquistado o espaço universitário e uma maior liberdade no domínio da sexualidade, quando surpreendidas por uma gravidez não prevista, são “levadas” a assumir, na esfera da vida íntima, os tradicionais papéis de gênero. Quando não o fazem, sentem-se culpadas por não corresponder ao ideário em torno do feminino: aquele que a tudo renuncia para cuidar dos filhos, mantendo, algumas vezes, quase que inquestionável a posição masculina diante da experiência conjugal e parental. Assim, como asseveram Coldery e Knudson-Martin<sup>31</sup>, ocorre que se reafirma, na dimensão relacional da maternidade, um ciclo de autoperpetuação dos padrões tradicionais de gênero – homem-provedor e mulher-cuidadora –, um dispositivo que mantém a idealização da maternidade como um vínculo natural e único do sexo feminino, que também serve para sustentar as desigualdades de gênero.

A possibilidade do acesso de seus filhos à creche surge, assim, como um importante recurso no processo de conciliação maternidade-vida acadêmica, minimizando os efeitos das desigualdades de gênero que ainda persistem no âmbito da vida privada. É importante lembrar que durante transições, as pessoas precisam mobilizar diferentes tipos de recursos: *internos*, experiências e habilidades; e *externos*, como pedir uma ajuda da família ou de outras pessoas de sua rede de sociabilidade, acessar uma política de assistência, como a creche, por exemplo, pedir um conselho ou usar elementos simbólicos, como uma canção, que possibilita à pessoa a construção de novos significados em torno de sua própria experiência<sup>32</sup>. Dentre os recursos utilizados por Sara e pelas demais entrevistadas para reorganização de suas vidas, construindo novas significações da sua experiência, a família e a creche aparecem como fundamentais. Esta última surge na narrativa de Sara, inclusive, como o recurso externo que lhe possibilitou ficar ao lado de sua filha, assumindo a sua responsabilidade, como ela pontua, permitindo-lhe aprender a ser mãe.

Minha mãe não queria que eu trouxesse Nina. [...] **minha mãe queria que eu voltasse a mesma vida**, voltasse a sair com meus amigos, voltasse a trabalhar. Mas aí eu não quis porque essa é uma responsabilidade minha, é uma obrigação minha. Eu nunca quis, e **graças a Deus eu consegui o auxílio da creche, porque se não fosse a creche, talvez Nina não estivesse comigo hoje**, estivesse com meus pais no interior. **E eu quero saber... se eu não cuidasse dela hoje, eu nunca saberia ser mãe.** (Sara, grifo nosso).

Confirmando o que assevera Zittoun<sup>33</sup>, é necessário um espaço flexível para mudar, e uma “mudança suficientemente boa” deve encontrar-se entre manter o passado e criar a novidade – o *ser mãe*, o que exige muita tentativa e erro ou muitas explorações, e necessita de tempo e espaço. Um espaço que, de preferência, proporcione segurança para os parceiros dessa relação nascente. É assim que emerge a discussão da creche como importante espaço de assistência, um espaço que precisa ser cuidado para que possa, de fato, ser efetivo no cuidado ao outro, como sugere a fala de Liana.

**Se não tiver creche, [...] aí eu tenho que catar alguém.** As pessoas ajudam, falam: “não, tudo bem”, mas eu tenho que avisar com antecedência. Se lembra quando parou a creche aqui de um dia para o outro? [...] Naquela manhã eu já estava ligando para as pessoas: “olha, amanhã não vai ter creche, eu preciso ir para a aula, você pode ficar com o Léo, pelo amor de Deus?” [...]. Liguei para várias pessoas até conseguir alguém para ficar com ele, entendeu? **Senão, eu ia ter que largar a aula, obviamente, porque entre meu filho e a aula, ele tem prioridade.** (Liana, grifo nosso).

A creche, como vemos, faz parte da rede social de apoio destas jovens estudantes, suprindo, muitas vezes, a ausência de suas famílias, haja vista que algumas dessas estudantes têm suas famílias de origem no interior da Bahia. Assim, quando, por qualquer motivo, a creche não funciona, instala-se um problema, algumas vezes, sem solução possível. A grande questão é que embora a creche seja um espaço de importância fundamental na vida dessas mulheres e crianças, dando suporte estrutural e, inúmeras vezes, emocional para essas jovens mães, esse espaço ainda tem pouca visibilidade na universidade. Enfrenta diversos problemas, desde as greves até as pequenas e grandes questões de seu cotidiano, como falta de equipamentos adequados, espaços pouco apropriados ou não adaptados às necessidades infantis, redução do quadro de funcionários, demora para resolução de problemas, dentre outros. Revela-se, não raro, como um serviço de assistência com inúmeras fragilidades, o que resulta em apoio precário à comunidade estudantil que dela se beneficia ou poderia beneficiar-se.

### Considerações Finais

Neste momento em que as universidades passam a tentar incluir no contexto universitário outras condições juvenis, implementando políticas que garantam o acesso e a permanência de parcelas da população juvenil antes excluídas, é fundamental atentar para categorias estudantis, como a de *estudante-mãe*, que permanecem obscurecidas por políticas de assistência que lutam para sobreviver, como a creche universitária. Desse modo, sugerimos investir na ampliação e melhoria da qualidade de atendimento das creches universitárias, e que sejam implementados os seguintes mecanismos de apoio às estudantes-mães: o incentivo aos processos de retomada dos estudos após o nascimento de seus filhos, através, por exemplo, de uma oferta de horários que lhes permitam amamentar e cursar os componentes curriculares sem necessidade de trancamentos; a possibilidade de negociação de horários mais flexíveis no período em que as estudantes-mães fazem a inserção de suas crianças na creche; entrega posterior de material de estudo combinado com o(a) professor(a), de modo a justificar faltas, evitando reprovação, no caso de a criança precisar se ausentar da creche por motivo de saúde; além da possibilidade de a jovem com gravidez de risco finalizar o semestre com atividades domiciliares, mesmo não sendo os três últimos meses da gravidez, evitando o trancamento do semestre e até o abandono do curso, quando for confirmado, por laudo médico, o problema de saúde da estudante-gestante.

Como é possível notar, a pesquisa aponta, de modo indireto, para a necessidade de investigar as diferentes condições juvenis presentes no contexto acadêmico, considerando que os universitários não correspondem a um todo homogêneo como parecia até pouco tempo atrás, ainda que existissem jovens em diferentes condições. Essas investigações nos permitirão lançar um olhar mais cuidadoso para uma população juvenil até então pouco problematizada, considerando-os não apenas na sua

dimensão intelectual, como também emocional e relacional, levando em conta os diferentes recortes possíveis, sejam de gênero, de condição socioeconômica ou de etnia. Nesse contexto, devem caber tanto pesquisas relacionadas aos processos de afiliação intelectual e institucional<sup>34</sup>, como processos ligados à sociabilidade juvenil e à sexualidade, a partir da compreensão de que os processos relacionais e subjetivos associados à condição juvenil não podem ser deixados à margem, mesmo do ambiente acadêmico. Afinal, “a escola é invadida pela vida juvenil”<sup>35</sup> e, no caso da universidade, isso inclui os processos de transição para a vida adulta e maternidade/paternidade, assim como tantos outros.

Como assevera Sampaio<sup>36</sup>, não podemos desconsiderar que o tempo de realização de estudos universitários coincide com outras exigências desenvolvimentais importantes do curso de vida, tais como mudanças nas relações familiares, afetivas, sexuais e de uso do tempo que caracterizam, para uma parcela importante da população universitária, um momento de transição para a vida adulta, visto hoje como cada vez menos linear<sup>37</sup>. Estar na universidade associa-se a inúmeras outras inserções e exigências que irão modular as experiências individuais e coletivas no espaço acadêmico, como observamos através desta pesquisa sobre as mães-universitárias. Nesse sentido, a universidade deve ser capaz de não apenas oferecer as condições necessárias para atender às demandas de formação dos jovens de diferentes segmentos, como acolhê-los em suas dificuldades, criando estruturas de suporte que evitem o fracasso e o abandono. Discussão esta que deve envolver a participação de toda a comunidade universitária na busca de políticas que de fato ultrapassem o enfoque assistencialista e que alcancem o patamar dos direitos e da cidadania.

## Notas

<sup>1</sup> BELTRÃO, K. I.; ALVES, J. E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XXI. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, 14, 2004, Caxambu. *Anais eletrônicos...* Caxambu: ABEP, 2004.

<sup>2</sup> YANNOULAS, Silvia. Mulheres e Ciência. *Série Anis* 47, Brasília, Letras Livres, 2007, p. 1-10.

<sup>3</sup> LETA, Jaqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 271-284, 2003.

<sup>4</sup> AQUINO, E. M. Gênero e ciência no Brasil: contribuições para pensar a ação política na busca da equidade. In: ENCONTRO NACIONAL PENSANDO GÊNERO E CIÊNCIA NÚCLEOS E GRUPOS DE PESQUISA, 2005, 2006, Brasília. *Anais eletrônicos...* Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

<sup>5</sup> AQUINO, *op. cit.*

<sup>6</sup> *Ibidem.*

<sup>7</sup> MASON, M. A.; GOULDEN, M. Do babies matter? The effect of family formation on the lifelong careers of academic men and women. *Academe*, v. 88, n. 6, 2002, p. 21-27.

<sup>8</sup> TABAK, F. *O Laboratório de Pandora: Estudos sobre a Ciência no Feminino*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

<sup>9</sup> VELHO, L.; LEÓN, E. A Construção Social da Produção Científica por Mulheres. *Cadernos Pagu*, n. 10, 1998, p. 309-344.

<sup>10</sup> AQUINO, *op. cit.*

<sup>11</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Banco Multidimensional de Estatísticas (BME). Censo 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em 30 de maio de 2008.

<sup>12</sup> QUIROGA, A. M. Assistência e poder: revendo uma articulação histórica. *Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 18, 2008, p. 14-28.

<sup>13</sup> YASBECK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 1993.

<sup>14</sup> COFFEY, A. *The ethnographic self: fieldwork and the representation of identity*. London: SAGE Publications, 1999.

- <sup>15</sup> BERGER, L. Inside out: narrative autoethnography as a path toward rapport. *Qualitative Inquiry*, v. 7, n. 4, 2001, p. 504-518.
- <sup>16</sup> COFFEY, *op. cit.* e BERGER, *op. cit.*
- <sup>17</sup> COFFEY, *op. cit.*, p. 126-127.
- <sup>18</sup> BEHAR, R. *The vulnerable observer*. Boston: Beacon Press, 1996, p. 1-33.
- <sup>19</sup> COFFEY, *op. cit.*, p. 119.
- <sup>20</sup> VALSINER, J. *Culture in minds and societies*. New Delhi: Sage, 2007.
- <sup>21</sup> HERMANS, H. J. M. The dialogical self: toward a theory of personal and cultural positioning. *Cultural psychology*, Canada, USA, v. 7, n. 243, 2001.
- <sup>22</sup> A pesquisa teve como compromisso não apenas preservar a identidade das participantes, mas respeitar suas experiências, sentimentos e pensamentos a partir do estabelecimento de uma relação de confiança e transparência desenvolvida, mais particularmente, no cotidiano da Creche-UFBA. Desse modo, explicitamos os motivos da pesquisa, só iniciando o processo de entrevista após a entrega do termo de consentimento livre e esclarecido que foi assinado pelas mães-estudantes que concordaram em participar da investigação. Embora fazendo uso de trechos das narrativas, com autorização das entrevistadas, portanto, nos comprometemos com o sigilo acerca da identidade das jovens, fazendo uso, nesse caso, de nomes fictícios.
- <sup>23</sup> HEILBORN, M. L.; CABRAL, C. S. Parentalidade juvenil: transição condensada para vida adulta. In: Camarano, A. A. (Org.). *Transição para vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA, 2006, p. 225-255.
- <sup>24</sup> PERES, S. O.; HEILBORN, M. L. Cogitação e prática do aborto entre jovens em contexto de interdição legal: o avesso da gravidez na adolescência. *Caderno de Saúde Pública*, v. 22, n. 7, 2006, p. 1411-1420.
- <sup>25</sup> ROMANELLI, G. O significado da educação superior para duas gerações de famílias de camadas médias. *Revista brasileira de estudos pedagógicos*, v. 76, n. 184, 1995, p. 445-476.
- <sup>26</sup> RIOS-NETO, E. L. G. Questões emergentes na análise demográfica: o caso brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 22, n. 2, 2005, p. 371-408; HEILBORN, M. L.; CABRAL, C. S. Parentalidade juvenil: transição condensada para vida adulta. In: Camarano, A. A. (Org.), *Transição para vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA, 2006, p. 225-255.
- <sup>27</sup> COULON, A. *A Condição de estudante: a entrada na vida universitária*. Trad. Georgina dos Santos e Sônia Sampaio. Salvador: EDUFBA, 2008.
- <sup>28</sup> *Ibidem*.
- <sup>29</sup> *Idem*, p. 81.
- <sup>30</sup> WOLF-WENDEL, L. E.; WARD, K. Academic life and motherhood: variations by institutional type. *Higher Education*, n. 52, 2005, p. 487-521.
- <sup>31</sup> COLDERY, R. S.; KNUDSON-MARTIN, C. The construction of motherhood: task, relation-connection, and gender equality. *Family Relations*, v. 54, n. 3, 2005, p. 335-345.
- <sup>32</sup> ZITOUN, Tania. The use of resources in developmental transitions. *Culture & Psychology*, Canada, USA, v. 9, n. 4, 2003, p. 415-448.
- <sup>33</sup> *Ibidem*.
- <sup>34</sup> COULON, A. *op. cit.*
- <sup>35</sup> DAYRELL, J. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL CIUTAT. EDU: NUEVOS RETOS, NUEVOS COMPROMISSOS, 2006, p. 16.
- <sup>36</sup> SAMPAIO, S. M. R. Observatório da Vida Estudantil: histórias de vida e formação na educação superior. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA (AUTO)BIOGRÁFICA, 2008, Natal, Brasil. *Anais...*
- <sup>37</sup> CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L.; KANSO, S. Do nascimento à morte: principais transições. In: CAMARANO A. A. (org.). *Transição para vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

## Referências bibliográficas

- AQUINO, E. M. Gênero e ciência no Brasil: contribuições para pensar a ação política na busca da equidade. In: ENCONTRO NACIONAL PENSANDO GÊNERO E CIÊNCIA NÚCLEOS E GRUPOS DE PESQUISA, 2005, 2006, Brasília. *Anais eletrônicos...* Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. Disponível em: <200.130.7.5/spmu/docs/Encontro\_recomendacoes.pdf>. Acesso em 28 de fevereiro de 2007.
- BEHAR, R. *The vulnerable observer*. Boston: Beacon Press, 1996.
- BELTRÃO, K. I.; ALVES, J. E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XXI. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, 14, 2004, Caxambu. *Anais eletrônicos...*Caxambu: ABEP, 2004. Disponível em: <http://www.metas2015.unb.br/Documentos/Educacao%20Universal/Reversao%20do%20hiato%20de%20genro%20na%20educacao.pdf>. Acesso em 2 de julho de 2008.
- BERGER, L. Inside out: narrative autoethnography as a path toward rapport. *Qualitative inquiry*, v.7, n.4, 2001, p. 504-518. Disponível em: <http://qix.sagepub.com/content/vol7/issue4/>. Acesso em 6 de maio de 2008.
- CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L.; KANSO, S. Do nascimento à morte: principais transições. In: CAMARANO A. A. (org.). *Transição para vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA, 2006.
- COFFEY, A. *The ethnographic self: fieldwork and the representation of identity*. London: Sage Publications, 1999.
- COLDERY, R. S.; KNUDSON-MARTIN, C. The construction of motherhood: task, relation-connection, and gender equality. *Family Relations*, v. 54, n. 3, 2005, p. 335-345. Disponível em: < http://www.wiley.com/bw/journal.asp?ref=0197-6664 >. Acesso em 25 de fevereiro de 2007.
- COULON, A. *A Condição de estudante: a entrada na vida universitária*. Trad. Georgina dos Santos e Sônia Sampaio. Salvador: EDUFBA, 2008.
- DAYRELL, J. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL CIUTAT. EDU: NUEVOS RETOS, NUEVOS COMPROMISSOS, 2006, Barcelona. Disponível em: <www.fae.ufmg.br/objuventude/acervo.php>. Acesso em 21 de maio de 2008.
- HEILBORN, M. L.; CABRAL, C. S. Parentalidade juvenil: transição condensada para vida adulta. In: Camarano, A. A. (Org.). *Transição para vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA, 2006, p. 225-255.
- HERMANS, H. J. M. The dialogical self: toward a theory of personal and cultural positioning. *Cultural psychology*, Canada, USA, v. 7, n. 243, 2001. Disponível em: <http://jfi.sagepub.com>. Acesso em 11 de abril de 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Banco Multidimensional de Estatísticas (BME). Censo 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 30 de maio de 2008.
- LETA, Jaqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 271-284, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000300016&script=sci\_arttext>. Acesso em 24 de maio de 2008.
- MASON, M. A.; GOULDEN, M. Do babies matter? The effect of family formation on the lifelong careers of academic men and women. *Academe*, v. 88, n. 6, 2002, p. 21-27. Disponível em:<http://www.aaup.org/AAUP/ </pubsres/academe/>. Acesso em 27 de maio de 2008.
- PERES, S. O.; HEILBORN, M. L. Cogitação e prática do aborto entre jovens em contexto de interdição legal: o avesso da gravidez na adolescência. *Caderno de Saúde Pública*, v. 22, n. 7, 2006, p. 1411-1420.

- QUIROGA, A. M. Assistência e poder: revendo uma articulação histórica. *Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 18, 2008, p. 14-28.
- RIBEIRO, R. Psicologia social e desenvolvimento do terceiro setor: participação da Universidade. In: CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PSICOLOGIA, 2, 2001, Salvador. *Anais...* Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2001. CD-ROM.
- RIOS-NETO, E. L. G. Questões emergentes na análise demográfica: o caso brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 22, n. 2, 2005, p. 371-408. Disponível em: <[www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno\\_id=031&nivel=1-65k](http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=031&nivel=1-65k)>. Acesso em 07 de junho de 2008.
- ROMANELLI, G. O significado da educação superior para duas gerações de famílias de camadas médias. *Revista brasileira de estudos pedagógicos*, v. 76, n. 184, 1995, p. 445-476. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/view/268/269>>. Acesso em 10 de setembro de 2008.
- SAMPAIO, S. M. R. Observatório da Vida Estudantil: histórias de vida e formação na educação superior. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA (AUTO)BIOGRÁFICA, 2008, Natal, Brasil. *Anais...*CD-ROM.
- TABAK, F. *O laboratório de pandora: estudos sobre a ciência no feminino*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- VALSINER, J. *Culture in minds and societies*. New Delhi: Sage, 2007.
- VELHO, L.; LEÓN, E. A construção social da produção científica por mulheres. *Cadernos Pagu*, n. 10, 1998, p. 309-344.
- YANNOULAS, Silvia. Mulheres e Ciência. *Série Anis* 47, Brasília, Letras Livres, 2007, p. 1-10.
- YASBECK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 1993.
- ZITTOUN, Tania. The use of resources in developmental transitions. *Culture & psychology*, Canada, USA, v. 9, n. 4, 2003, p. 415-448. Disponível em: <<http://cap.sagepub.com>>. Acesso em 11 de abril de 2007.
- WOLF-WENDEL, L. E.; WARD, K. Academic life and motherhood: variations by institutional type. *Higher education*, n. 52, 2005, p. 487-521. Disponível em: <<http://www.springerlink.com/content/102901/>>. Acesso em 5 de abril de 2007.